



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo 81/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa de prestação de serviços especializados em Segurança e Medicina do Trabalho para elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) e de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), nos termos do Anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os subitens do objeto não poderão ser fornecidos por empresas diferentes, devido à necessária integração entre os três documentos.

1.3. É vedada a subcontratação do fornecimento dos subitens objeto desta contratação.

1.4. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

1.5. Todos os custos necessários para o fornecimento especificado neste Termo de Referência deverão ser contemplados na Proposta Comercial, de tal modo que, sendo contratada, tenha condições de realizar todas as atividades sem ônus adicionais à Alesp.

1.6. O presente descritivo abarca especificações precisas, suficientes e claras, não contendo qualquer excesso que frustre a competitividade, ou ainda, inviabilize a participação de qualquer interessado.

1.7. Caso haja dúvidas sobre as informações aqui contidas, as empresas participantes deverão dirigir-se à Divisão De Atendimento De Saúde Ao Servidor (DASS), por meio do telefone 3886-6510, para que as dúvidas sejam esclarecidas.

1.8. O objeto da presente contratação não consta no Catálogo Eletrônico de Padronização, disponibilizado no Portal Compras.gov.br, conforme feito no ETP.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se contratação dos presentes serviços pela necessidade de atender à Norma Regulamentadora (NR) nº 1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, à NR nº 7 -

SGA | RH | DASS

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, à NR nº 15 - Atividades e Operações Insalubres, à NR nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, e à Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991.

2.2. O objetivo da contratação é o atendimento às Normas Regulamentadoras; alinhamento da documentação de segurança do trabalho às Diretrizes de Saúde e Segurança Ocupacional da Alesp; promoção da segurança para deputados, servidores, estagiários e visitantes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

3.1. Contratação de empresa de prestação de serviços especializados em Segurança e Medicina do Trabalho para elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) e de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), conforme especificações (qualitativas e quantitativas) pormenorizadas no Termo de Referência.

É importante que a contratação atinja os resultados pretendidos pela Alesp, sendo necessário obediência às especificações técnicas para concessão do serviço. É imprescindível a descrição detalhada do modo de execução do serviço, a observância do prazo para entrega, a pontualidade e consequente aceitação do objeto, levando-se em consideração a comunicação transparente entre o fornecedor e a contratante, com a maior clareza possível para manter o correto andamento do serviço.

3.1.1. Especificações técnicas:

Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR): assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, deve estar de acordo com a NR-1 e conter medição de ruído na Odontologia e em demais setores onde haja suspeita de exposição significativa. Deve conter data de elaboração. Deve conter certificado de calibração dos equipamentos utilizados. Com emissão de ART.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): assinado por Médico do Trabalho, deve estar de acordo com a NR-7 e estar alinhado ao PGR. Deve conter data de elaboração.

Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP): Periculosidade - regida pela NR nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, essa documentação visa avaliar se determinada atividade, local, operação ou função qualifica o trabalhador para o pagamento do adicional de periculosidade no trabalho. Deve ser elaborado por um Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. Deve conter: identificação das áreas de risco e localização dos agentes perigosos; identificação das atividades exercidas nos locais de risco; embasamento em normas técnicas e legais das condições de periculosidade. Deve ser elaborado de forma individualizada

SGA | RH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sem ser anexado a outros laudos. Insalubridade - deve ser elaborado por um Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. O documento deve identificar as atividades insalubres e avaliar os riscos à saúde dos trabalhadores. Deve conter: metodologia de avaliação, descrição do ambiente de trabalho, descrição das atividades do trabalhador, análise das atividades, avaliação do grau de insalubridade, conclusão com os valores quantitativos das análises. Deve ser elaborado de forma individualizada sem ser anexado a outros laudos. Deve conter data de elaboração.

Lauda Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT): quadro de funções, exposição do objetivo e fundamentação legal, conceituação das formas de exposição (contínua, permanente, ocasional, intermitente), metodologia e equipamentos utilizados para agentes físicos, químicos e biológicos, descrição das atividades, descrição do ambiente laboral, identificação dos agentes insalubres, EPI utilizado, e parecer técnico conforme legislação previdenciária, concluindo se caracteriza-se ou não aposentadoria especial, para cada tipo de agente. Deve conter certificado de calibração dos equipamentos utilizados. Com emissão de ART. O LTCAT deverá ser expedido por Engenheiro de Segurança do Trabalho, após a execução do PGR e do PCMSO.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1. A Contratada deverá observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de serviços e/ou fornecimento de bens, que correrão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

4.1.2. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às normas e especificações constantes do Edital;
- b) Às prescrições e recomendações dos fabricantes dos materiais empregados;

4.1.3. As normas de segurança constantes deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas referentes aos materiais.

4.2 Condições de entrega

SGA | RH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

4.2.1. O prazo de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura de termo próprio, podendo ser prorrogado, conforme legislação atinente.

4.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.2.3. A documentação deverá ser entregue em formato digital, via correio eletrônico (segurancadotrabalho@al.sp.gov.br), nato digital, em extensão .pdf, e em formato físico, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo situada à Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, Moema, cidade de São Paulo – SP. Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor (DASS), 3º andar, sala 321, telefone: 3886-6510. Horário de entrega: preferencialmente das 10:00 às 18:00h.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A empresa contratada deverá agendar reunião com a DASS em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura da Autorização de Compras.

5.2. A contratante fornecerá o mapa do edifício e designará servidor para acompanhar a contratada durante a fase de medição e entrevistas.

5.3. Após a fase de medição e entrevistas, a contratada deverá elaborar a documentação e entregá-la conforme o previsto.

5.4. A contratada deverá designar um profissional para coordenar o PCMSO e o PGR. Para o PCMSO, o referido profissional deverá ser Médico portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou portador de certificado de Residência Médica em Medicina do Trabalho, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, do Ministério da Educação, ambos ministrados por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em Medicina devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina. O Médico deverá estar devidamente registrado e habilitado no Conselho Regional de Medicina (CRM). O PGR deverá ser elaborado por Técnico de Segurança do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho. Se elaborado por Engenheiro, o Engenheiro de Segurança do Trabalho deverá ser Engenheiro ou Arquiteto portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação. O Engenheiro deverá estar devidamente registrado e habilitado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

5.5. Para fins de elaboração da proposta, estima-se o número de 4200 servidores. O número de servidores supramencionado é meramente estimativo, não podendo ser exigido ou considerado como fator para pagamento/cobrança de qualquer natureza.

5.6. DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR

SGA | RH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SÃO PAULO – SP – CEP 04097-900 – CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR preconizado pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego - NR-1 é o conjunto coordenado de ações da Alesp para atingir os objetivos de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais, formalmente documentado.

A CONTRATADA deverá estruturar o PGR no Palácio 9 de Julho, que deve estar totalmente de acordo com a última atualização da NR-1 (vigente em 26 de maio de 2025) e deve ser totalmente integrado ao PCMSO, contendo, inclusive:

Apresentação, data de elaboração, objetivo, justificativa, legislação complementar, identificação da organização, atividade que a organização exerce, descrição dos locais, definições, responsabilidades, metodologia e estratégia, revisões do programa, categoria dos riscos, determinação do impacto, da probabilidade e do risco, matriz de risco do PGR, estrutura do PGR, medidas de controle, monitoramento, metodologia de avaliação, atividades desenvolvidas (com descrição das funções e reconhecimento dos riscos), certificado de calibração dos equipamentos utilizados, inventário de riscos, gerenciamento do risco ocupacional, plano de emergência e cronograma de ação.

Deve ser assinado por Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho. Deve ter emissão de ART caso seja assinada por Engenheiro de Segurança do Trabalho.

Todos os equipamentos utilizados devem estar calibrados e com método certificado.

5.7. DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO preconizado pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – NR-7 objetiva a promoção e a preservação da saúde do conjunto dos deputados e servidores, ocupantes de cargos efetivos, comissionados e estagiários da Alesp.

A CONTRATADA deverá estruturar o PCMSO no Palácio 9 de Julho, que deve estar totalmente de acordo com a última atualização da NR-7 e deve ser totalmente integrado ao PGR, contendo, inclusive:

Apresentação, data de elaboração, objetivo, diretrizes, responsabilidades, planejamento, informações sobre documentação, dados da organização, antecipação dos riscos, desenvolvimento do PCMSO, atividades primárias em saúde ocupacional, cronograma de exames conforme funções e riscos, informações sobre primeiros socorros, cronograma de atividades.

Deve ser totalmente integrado ao PGR e estar de acordo com a NR-7. Deve ser assinado por Médico do Trabalho.

Todos os equipamentos utilizados devem estar calibrados e com método certificado.

5.8. DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO – LTCAT

SGA | RH | DASS

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A CONTRATADA deverá estruturar o conjunto de LTCATs da Alesp, elaborando os LTCATs de cada setor da Alesp, para identificar e atestar a existência de agentes nocivos, com potencial de comprometer a saúde e a integridade física e mental dos servidores.

Cada LTCAT deverá ser expedido por Engenheiro de Segurança do Trabalho, ou Médico do Trabalho, após a execução do PGR e do PCMSO. Deve ter emissão de ART caso sejam assinados por Engenheiro de Segurança do Trabalho. Deve atender a legislação previdenciária do INSS para fins de caracterização de aposentadoria especial e subsidiar a Alesp nas declarações do Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) e elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

Cada LTCAT deverá conter dados da Alesp; setor de trabalho, descrição dos locais e dos serviços realizados em cada setor e/ou função, com pormenorização do ambiente de trabalho e das funções desenvolvidas pelo servidor; condições ambientais do local de trabalho; registro dos agentes nocivos, concentração, intensidade, tempo de exposição e metodologias utilizadas, conforme o caso; conceituação das formas de exposição (contínua, permanente, ocasional, intermitente); em se tratando de agentes químicos, deverá ser informado o nome da substância ativa, não sendo aceitas citações de nomes comerciais, podendo ser anexada na respectiva ficha toxicológica; duração do trabalho que expõe o servidor aos agentes nocivos; informação sobre a existência e aplicação efetiva de Equipamento de Proteção Individual (EPI) ou Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), que neutralizem ou atenuem os efeitos da nocividade dos agentes em relação aos limites de tolerância estabelecidos, devendo constar também se a utilização do EPC ou do EPI reduzir a nocividade do agente nocivo de modo a atenuar ou a neutralizar seus efeitos em relação aos limites de tolerância legais estabelecidos, e as especificações a respeito dos EPC e dos EPI utilizados, listando os certificados de aprovação e respectivamente os prazos de validade, a periodicidade das trocas e o controle de fornecimento aos servidores.

Cada LTCAT deverá ser expedido pela CONTRATADA contendo a descrição dos métodos, técnicas aparelhagens e equipamentos utilizados; conclusão do Médico do Trabalho ou do Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável pela elaboração do laudo técnico com informação clara e objetiva a respeito da exposição aos agentes nocivos, referentes à potencialidade de causar prejuízo à saúde ou à integridade física do trabalhador; data e local da inspeção técnica da qual resultou o laudo técnico.

Todos os equipamentos utilizados devem estar calibrados e com método certificado.

5.9. DO LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE – LIP

Periculosidade - A CONTRATADA deverá estruturar o conjunto de laudos de periculosidade da Alesp, elaborando os laudos de cada setor, para identificar e atestar a existência de agentes perigosos de acordo com a legislação vigente, especialmente pela NR nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, que visa avaliar se determinada atividade, local, operação ou função qualifica o trabalhador para o pagamento do adicional de periculosidade no trabalho. Deve ser elaborado por um Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. Deve conter: identificação das áreas de risco e

SGA | RH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

localização dos agentes perigosos; identificação das atividades exercidas nos locais de risco; embasamento em normas técnicas e legais das condições de periculosidade. Deve ser elaborado de forma individualizada sem ser anexado a outros laudos. Deve conter data de elaboração.

Insalubridade - A CONTRATADA deverá estruturar e atualizar o conjunto de laudos de insalubridade da Alesp, elaborando os laudos de cada setor, para identificar e atestar a existência de agentes insalubres de acordo com a legislação vigente. Deve ser elaborado por um Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. O documento deve identificar as atividades insalubres e avaliar os riscos à saúde dos trabalhadores. Deve conter: metodologia de avaliação, descrição do ambiente de trabalho, descrição das atividades do trabalhador, análise das atividades, avaliação do grau de insalubridade, conclusão com os valores quantitativos das análises. Deve ser elaborado de forma individualizada sem ser anexado a outros laudos. Deve conter data de elaboração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a Alesp e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela DASS, a qual anotará em registro próprio qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos do Edital, seus Anexos ou deste instrumento contratual, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.

6.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a DASS emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a sua correção.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO


7.1 RECEBIMENTO

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por funcionário responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

SGA | RH | DASS

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 PABX (11) 3886-6000

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O objeto do contrato será recebido pela DASS, da seguinte forma:

I - Com a lavratura de Termo de Recebimento Provisório, em até 03 (três) dias, verificado o pleno e fiel cumprimento a todas as disposições do Termo de Referência e da Proposta.

II - Com a lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, em até 03 (três) dias, decorrido o prazo de observação, fixado em 30 (trinta) dias, contado a partir da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que persista a qualidade dos serviços executados e sua conformidade com as exigências do Edital e desta Ordem de Execução de Serviço, especialmente as contidas no Termo de Referência e na Proposta Comercial.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do item, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que concerne à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 PAGAMENTO

7.2.1. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente da contratada, observadas as seguintes condições:

7.2.1.1. Apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada:

- a) do respectivo TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO,
- b) da certidão conjunta (negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade de contribuições previdenciárias, de tributos federais e da dívida ativa da União;
- c) da certidão de regularidade em face do FGTS;

SGA | RH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) da certidão de regularidade em face de débitos trabalhistas, devidamente atualizadas, se necessário for;

7.2.1.2. Em 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura. Caso o dia de pagamento recaia em dia não útil, esse será efetuado no primeiro dia útil antecedente, sendo certo que, mesmo nesse caso, manter-se-á, na fatura, o dia de vencimento.

7.2.2. Nas operações internas (fornecedores e prestadores de serviços contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo), deverá ser observado, quando da entrega do objeto contratado, a correta emissão da Nota Fiscal, nos termos do Decreto Estadual nº 48.034, de 19 de agosto de 2003.

7.2.4. O requerimento de pagamento, bem como os documentos de cobrança da contratada, deverão ser entregues na Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor (DASS), localizada no terceiro andar do “Palácio 9 de Julho”, sala 321 - telefone (11) 3886-6510, via correio eletrônico (segurancadotrabalho@al.sp.gov.br) em arquivos com extensão .pdf, pesquisável.

7.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.6. Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), e juros moratórios na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com modo de DISPUTA ABERTO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.2. Para fins de **Habilitação**, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

8.2.1 **Habilitação jurídica**: aquela constante do edital do Pregão.

8.2.2 **Habilitação fiscal, social e trabalhista**: aquela constante do edital do Pregão.

8.2.3 **Qualificação Econômico-Financeira**: aquela constante do edital do Pregão.

8.2.4 **Qualificação Técnica**:

A – Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A comprovação técnica operacional se dará mediante a apresentação de um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado ou estar executando serviços de mesma natureza, compreendendo execução de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

serviços especializados em Segurança e Medicina do Trabalho em elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) em organizações com pelo menos 25% do número de trabalhadores estimados no item 5.5 deste Termo de Referência.

B – Os atestados exigidos estão restritos às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, e as quantidades mínimas exigidas são menores que 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos de cada parcela, em atendimento aos §§1º e 2º do art.67, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

C – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

D – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação consta do Anexo III – Planilha de Preços.

9.2 Conforme dispõe o art.25, §7º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, os preços contratuais serão reajustados anualmente, em função da data-base do orçamento e a variação do índice indicados no Anexo III – Planilha de Preços.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Alesp.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I – DESCRIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS ITENS

Item	Subitem	Qtde	Unidade	Descrição
1	1.1	1	un	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR): assinado por Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, deve estar de acordo com a última atualização da NR-1 (vigência em 26 de maio de 2025). Deve conter data de elaboração. Deve conter certificado de calibração dos equipamentos utilizados.
	1.2	1	un	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): assinado por Médico do Trabalho, deve estar de acordo com a NR-7. Deve conter data de elaboração.
	1.3	1	un	Laudos de Insalubridade e Periculosidade (LIP): Periculosidade - regida pela NR nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, essa documentação visa avaliar se determinada atividade, local, operação ou função qualifica o trabalhador para o pagamento do adicional de periculosidade no trabalho. Deve ser elaborado por um Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. Deve conter: identificação das áreas de risco e localização dos agentes perigosos; identificação das atividades exercidas nos locais de risco; embasamento em normas técnicas e legais das condições de periculosidade. Deve ser elaborado de forma individualizada sem ser anexado a outros laudos. Insalubridade - deve ser elaborado por um Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. O documento deve identificar as atividades insalubres e avaliar os riscos à saúde dos trabalhadores. Deve conter: metodologia de avaliação, descrição do ambiente de trabalho, descrição das atividades do trabalhador, análise das atividades, avaliação do grau de insalubridade, conclusão com os valores quantitativos das análises. Deve ser elaborado de forma individualizada sem ser anexado a outros laudos. Deve conter data de elaboração.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

	1.4	1	un	Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT): quadro de funções, exposição do objetivo e fundamentação legal, conceituação das formas de exposição (contínua, permanente, ocasional, intermitente), metodologia e equipamentos utilizados para agentes físicos, químicos e biológicos, descrição das atividades, descrição do ambiente laboral, identificação dos agentes insalubres, EPI utilizado, e parecer técnico conforme legislação previdenciária, concluindo se caracteriza-se ou não aposentadoria especial, para cada tipo de agente. Deve conter certificado de calibração dos equipamentos utilizados.
--	-----	---	----	---

São Paulo, 01 de outubro de 2025.

Gabriela de Carvalho Assis Goulart
Analista Legislativo - Engenheira de Segurança do Trabalho

- ALESP - Documento assinado digitalmente

SGA | RH | DASS

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



Assinado por : GABRIELA DE CARVALHO ASSIS GOULART:01442126175

Data assinatura :02/10/2025 11:43:14

Assinado por : WILLIAM PORTIK DE ASSIS:33807921877

Data assinatura :02/10/2025 13:46:28

Assinado por : ROSANA LIMA CAMPOS:07257923884

Data assinatura :02/10/2025 19:20:51